



**CLIPPING INTERNET**  
**25/10/2020 ATÉ 25/10/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG DO WALISON.....	3
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	4
3	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	5
4	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	6
	4.2 SITE O MARANHENSE.....	7

## **Projeto renda mínima nos cartórios de Registro Civil é aprovado na Assembleia Legislativa**

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, em sessão plenária extraordinária, o Projeto de Lei Complementar 008/2020, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 130/2009, para criar a renda mínima nas serventias extrajudiciais com atribuições de Registro Civil das Pessoas Naturais. A matéria foi aprovada por unanimidade e seguiu à sanção do governador Flávio Dino (PCdoB).

Em mensagem à Assembleia Legislativa, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, explicou que o projeto promove ajustes no texto da lei que criou o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), seguindo determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Provimento 81, de 6 de dezembro de 2018. O projeto também fixa os critérios para que os delegatários das serventias façam jus à complementação da renda mínima mensal.

O PLC aprovado também prevê alteração no que se refere à compensação de atos gratuitos junto aos cartórios, incluindo neste rol os atos requisitados por autoridade judicial, pela Defensoria Pública, Ministério Público, pelo Programa "Começar de Novo" e pelo projeto "Casamentos Comunitários" do TJMA.

MDe acordo com o presidente do TJMA, todas as modificações previstas no PLC 008/2020 têm por finalidade uma melhor prestação de serviço à população, na medida em que apontam para o efetivo cumprimento da norma que determina a existência de, no mínimo, um registrador civil de pessoas naturais em cada sede municipal, ou em cada distrito, quando se tratar de municípios de significativa extensão territorial.

Por fim, Lourival Serejo enfatizou que o aperfeiçoamento legislativo previsto no projeto "visa garantir a economicidade, a moralidade e a proporcionalidade dos registradores civis de pessoas naturais, harmonizando-se com os princípios da supremacia do interesse público, da eficiência, da continuidade do serviço público e da segurança jurídica".

### **Renda mínima**

Conforme o PLC 008/2020, "fica instituída a complementação da renda mínima mensal para os delegatários que praticarem atos de Registro Civil das Pessoas Naturais e não alcançarem, como renda bruta mensal, o valor da renda mínima estabelecida por meio de resolução do Tribunal de Justiça".

A renda mínima será paga ao delegatário titular ou interino em exercício na serventia de Registro Civil de Pessoas Naturais, como complemento da receita da serventia, a fim de que atinja o valor da renda mínima mensal.

O projeto também estabelece o rol de exigências para que o delegatário tenha direito a receber a complementação da renda mínima, dentre os quais, estar adimplente com o recolhimento dos emolumentos e demais obrigações junto ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ); estar

sem pendência com a prestação de contas de selo e não ter sofrido condenação com aplicação de penalidade transitada em julgado até que seja cancelado o respectivo registro, por meio de processo administrativo disciplinar.

## **Autoridades da Justiça e segurança criam força-tarefa para enfrentar o crime em Timon**

Foi realizada na tarde da última quinta-feira (22), na sala de casamentos do Fórum da Comarca de Timon, uma reunião entre autoridades do sistema de Justiça e segurança pública para discutir ações conjuntas de intervenção institucional na comunidade, tendo em vista o número elevado de ocorrência de casos de homicídios na cidade. Somente no último final de semana, ocorreram sete crimes hediondos cometidos por facções criminosas.

A pedido do comando da Polícias Militar, os representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Polícias Civil e Militar locais discutiram e acordaram a formação uma força-tarefa e a implementação de ações em parceria a serem executadas diante do cenário atual de criminalidade no Município de Timon, em diversas frentes de atuação.

Participaram da reunião os juízes José Elismar Marques (Vara de Execução Penal), diretor do Fórum de Timon) e Francisco Soares Reis Júnior (2ª Vara Criminal de Timon); os promotores de justiça Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho (3ª Promotoria Criminal de Timon) e André Luis Lopes Rocha (4ª Promotoria Criminal de Timon); a advogada Fernanda Beatriz Almeida Castro, presidente da OAB - subseção de Timon; o delegado regional da 18ª Delegacia Regional de Polícia Civil, Humaitan S. de Oliveira e o secretário municipal de segurança, João Batista Lima Pontes, além de outros oficiais da Polícia Militar e delegados de Polícia Civil.

### **AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CRIME**

Ficou acertado na reunião que haverá intensificação da realização de blitz e de ações de inteligência, cumprimento de mandados de busca e apreensão e de prisões temporárias, maior fiscalização dentro dos presídios, celeridade na decretação de quebra de sigilo e prisão temporária e o encaminhamento de reforço policial para incrementar as ações de patrulhamento ostensivo na cidade.

A relação de providências a serem tomadas inclui melhoria da iluminação pública ao longo de todo o acesso à Penitenciária Regional de Timon; aumento da fiscalização dos apenados em prisão domiciliar; registro, durante as prisão em flagrante, de informações sobre integrantes de organizações criminosas para instruir a conversão da prisão provisória em preventiva; planejamento e uniformização da concessão de alvarás e de fiscalização dos principais pontos de festa onde há situações críticas; agilização da apreciação de mandados de prisão e reforço do policiamento durante o período eleitoral.

Também deverão ser providenciados o fortalecimento do quadro de pessoal da Delegacia de Homicídios (Secretaria de Segurança Pública); a incorporação do Núcleo de Informações à Delegacia de Homicídios e, finalmente, a expedição de recomendação conjunta das promotorias criminais, para que o município aumente a fiscalização dos alvarás de funcionamento dos pontos mais críticos onde há festividades em Timon.

“Como é grande a falta de suporte material para as delegacias e também para o comando da Polícia Militar, os promotores de Justiça se propuseram, em audiências de acordo penal, a fazer doações de bens materiais, inclusive câmeras fotográficas tipo GoPro, para que os policiais possam registrarem vídeo apreensões de armas

e drogas por vídeo, para evitar que venham a alegar que houve abuso de autoridade”, acrescentou o juiz diretor do fórum.

—

Assessoria de Comunicação  
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

## **Audiência discutirá acordo na mudança de comércio no bairro Renascença II**

Reunião foi agendada pelo juiz Douglas de Melo Martins, e acontece nesta segunda-feira, 27, para discutir a proposta de acordo para solução da questão judicial

25/10/2020 às 07h00

Audiência discutirá acordo na mudança de comércio no bairro Renascença II

Intenção é determinar situação das bancas do Renascença II (Biné Moraes / O ESTADO)

São Luís - Será realizada, no dia 27 de outubro, às 9h, audiência virtual de conciliação entre o Ministério o Público estadual, a Defensoria Pública e o Município de São Luís, para discutir a proposta de acordo para solução da questão judicial envolvendo a desocupação de duas bancas de revista, uma lanchonete e um ponto de táxi do meio-fio da Avenida Miécio Jorge, no bairro Renascença II, em São Luís, em 15 de outubro deste ano.

A audiência foi agendada pelo juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís), em despacho na ação judicial em que a Defensoria Pública do Estado pediu na Justiça que a Prefeitura Municipal fosse obrigada a fazer o remanejamento definitivo das bancas de revista para o estacionamento em frente ao Tropical Shopping, local combinado durante a operação de desocupação da rua.

O despacho acolheu o “pedido liminar de tutela de urgência” da Defensoria Pública estadual, em favor dos proprietários das bancas, para que a Prefeitura Municipal fosse obrigada, ainda, a adotar as medidas necessárias para a construção das bases de concreto onde as bancas serão instaladas. E, ainda, providenciar as instalações elétricas e demais providências para a reparação dos danos estruturais causados pela mudança.

O juiz Douglas de Melo Martins também determinou a intimação - inclusive por whatsapp - do Município, para se manifestar sobre o pedido de tutela de urgência no prazo de 72 horas e do Ministério Público, para acompanhar a ação.

### **ENTENDA O CASO**

O despejo de duas bancas de revista uma lanchonete e um ponto de táxi instalados na Avenida Miécio Jorge pela "blitz urbana", em 15 de outubro, foi feito durante operação conjunta pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) e a 1ª Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, após notificações dos proprietários, com base na Lei de Posturas do Município de São Luís (Lei nº 1.790 de 12 de maio de 1968), que dispõe sobre "medidas de polícia administrativa a cargo do Município, em matéria de higiene, de ordem pública e funcionamento nos estabelecimentos comerciais e industriais".

## **TJMA faz doações ao Asilo de Mendicidade**

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, nesta sexta-feira (23), entrega de fraldas geriátricas e caixas de leite Ninho aos idosos do Asilo de Mendicidade de São Luís, localizado no bairro do São Francisco. A entrega foi feita pela diretora de Recursos Humanos, Daniela Mesquita e pela Chefe do Cerimonial, Márcia Banhos.

As doações foram entregues como parte da programação do mês em que são homenageados os idosos, um segmento que inclui-se entre as prioridades sociais do Poder Judiciário na gestão do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Daniela Mesquita e Márcia Banhos foram recebidas pela coordenadora técnica do Asilo de Mendicidade de São Luís, Socorro Serra, e pela auxiliar técnica, Alane Martins,

### **HISTÓRICO**

O Asilo de Mendicidade de São Luís, que tem o objetivo de assistir aos idosos carentes, completou 101 anos no dia 21 de abril de 2020. Atualmente abriga 27 idosos com idade acima de 65 anos, que estão impossibilitados de se manter.

Servindo de moradia, o asilo possui equipe multidisciplinar formada por médicos geriatra e clínico geral, enfermeiro, fisioterapeuta, massoterapeuta, educador físico e técnicos de enfermagem.

A Instituição conta com parceria da Loja Maçônica Renascença Maranhense.



## **Polícia Civil cumpre mandado de prisão preventiva de faccionado em Balsas-MA**

Na manhã desta quinta-feira (22), a Polícia Civil do Estado do Maranhão, por intermédio do 2º Distrito Policial de Balsas, deu cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pela 4ª Vara da desta Comarca em desfavor de Ezequiel dos Santos Soares.

Ezequiel dos Santos Soares é investigado pelo 2º Distrito Policial de Balsas por integrar organização criminosa, além de estar envolvido em crime de tráfico de drogas e de homicídio consumado na região Sul-maranhense.

Em meados de agosto deste ano, circulou em redes sociais um vídeo onde Ezequiel e outros quatro indivíduos, já identificados, aparecem portando diversas armas de fogo em total afronta ao Estado, o que ensejou a decretação da prisão preventiva de todos.

Após as comunicações de praxe, o preso foi encaminhado à unidade prisional de Balsas/MA, onde ficará a disposição da justiça

## **Vara da Infância e Juventude de São Luís efetivou nove adoções durante a pandemia**

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís efetivou, durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o processo de adoção de nove crianças incluídas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Atualmente na capital mais 27 crianças e adolescentes estão à espera de um lar definitivo e há 96 pretendentes cadastrados aptos a adotarem, segundo dados da unidade judiciária.

As crianças adotadas este ano têm idades entre cinco meses e cinco anos e foram incluídas no SNA após as audiências concentradas realizadas nas instituições de acolhimento, no mês de abril, pelo juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude, José Américo Abreu Costa. Nessas audiências, o magistrado analisa as condições das instituições, a situação de cada criança e adolescente e delibera pela inclusão no SNA, reinserção na família de origem, apadrinhamento afetivo, entre outras questões.

No período de 24 de agosto a 02 de setembro de 2020, o juiz José Américo Abreu realizou novamente audiências concentradas virtuais, em sete instituições. Foram analisados 68 processos. Há 102 crianças e adolescentes acolhidos. Desse total, sete foram desligados das instituições e retornaram para suas famílias de origem. Os demais permanecem no acolhimento institucional e o juiz autorizou a inclusão de nove no SNA para adoção e 14 para o apadrinhamento afetivo.

Participaram das audiências concentradas os representantes da Casa de Passagem, Casa da Criança Menino Jesus, Pouso Obras Sociais, Casa Sonho de Criança, Abrigo Luz e Vida, Lar de José e Casas-lar Calábria. Presentes também a equipe técnica da Vara da Infância, o Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), com suas respectivas equipes.

Os dados constantes no SNA mostram o perfil das crianças e adolescentes disponíveis para adoção e também dos pretendentes habilitados. Em São Luís há, segundo a pedagoga Amelici Rego, da equipe técnica da Vara da Infância, 27 disponíveis para adoção, entre eles três irmãos.

Os nove autorizados pelo juiz, em setembro deste ano, para serem incluídos no SNA, três são bebês e os demais têm entre 2 e 11 anos. Os 18 que já estavam cadastrados no sistema estão na faixa etária dos cinco a 17 anos e, apesar das constantes buscas, ainda não foram encontradas famílias definitivas para eles, afirmou Amelici Rego.

A pedagoga explica que mesmo 2020 sendo um ano atípico por conta da pandemia da COVID-19, a expectativa é de que até o final do ano pelo menos mais seis crianças sejam adotadas. Ela disse que a maioria dos pretendentes quer crianças de até dois anos de idade e há menos interesse pela adoção de adolescentes.

Conforme a pedagoga, no processo judicial de adoção o juiz analisa caso a caso, vendo a situação de cada criança e adolescente. Nem todos os que se encontram em acolhimento institucional estão disponíveis para serem adotados, retornando, muitas vezes, para suas famílias de origem. Alguns estão acolhidos por situação de risco, maus tratos ou abandono, por exemplo, sendo necessário primeiro verificar a situação de cada um para que o magistrado possa decidir.

As pessoas que desejam adotar devem, em São Luís, procurar a 1ª Vara da Infância e Juventude, localizada no 7º andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), para iniciar o procedimento de adoção. O interessado passará por um estudo social e psicológico, realizado pela equipe técnica da unidade judiciária. Precisa também participar do curso preparatório para adoção, que é uma etapa obrigatória. Atualmente 51 pretendentes participam do curso que vai até o dia 03 de novembro.

Somente após essas etapas, a equipe técnica elabora um relatório sobre cada pretendente. Depois da manifestação do Ministério Público o magistrado dá uma sentença que, se favorável, o candidato é incluído no SNA, iniciando-se a busca pela criança ou adolescente com o perfil indicado pelo pretendente.

Podem ingressar com o processo de habilitação para adoção casais (casados ou em união estável), pessoas solteiras ou divorciadas. Avós não podem adotar netos.

## **UEMA e Vara de Interesses Difusos e Coletivos lançam projeto "Controle de natalidade de animais abandonados"**

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio do Hospital Veterinário, junto com a Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio do juiz Douglas Martins, lançaram, nesta quinta (23), o projeto "Controle populacional de cães e gatos nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa".

De acordo com o juiz Douglas Martins, "o intuito é promover a castração gratuita de animais em situação de abandono, contribuindo, assim, para a diminuição da incidência de doenças transmitidas por esses animais, pois sem controle e monitoramento constitui fator de alto risco para a transmissão de diversas zoonoses. Precisamos agir agora, porque com o aumento não haverá recursos que dará conta futuramente".

"É um projeto que tem como foco o bem-estar animal, mas acima de tudo uma grande agenda, que deve ser de responsabilidade de todos. Com a causa da vida, do meio ambiente e, acima de tudo, com a compreensão de que os problemas da sociedade devem ser resolvidos por todos. E nós estamos aqui honrando o que está escrito no brasão da UEMA: Ciência para a vida! A vida humana e a vida animal", frisou o reitor Gustavo Costa.

As atividades do projeto iniciam este mês e prosseguem até fevereiro de 2021. As castrações serão realizadas no Castramóvel da UEMA. A meta é realizar 12 esterilizações por dia, de segunda a sexta, num total de 72 por semana.

Os animais chegarão ao Hospital Veterinário por meio das ONG's e protetores independentes, desde que estes estejam cadastrados na Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Na ocasião do lançamento, o diretor do Hospital Universitário da UEMA, Arnodson Campelo, apresentou as instalações e serviços realizados no hospital para o Juiz Douglas Martins e para o Presidente do Fórum de Educação Ambiental do Estado, o advogado Sálvio Dino.